

# A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do Inep\*

Marcus Vinícius  
da Cunha

Palavras-chave: política  
governamental, gestão  
Kubitschek, centro de pesquisa  
educacional.

## Resumo

Descreve as atividades e o ideário do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo – órgãos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), durante o período 1956-1961. O objetivo é estabelecer algumas relações entre a atuação dos referidos órgãos e as principais características da administração Juscelino Kubitschek, particularmente no tocante à ideologia desenvolvimentista adotada no período.

## 1. Introdução

A primeira parte deste escrito dedica-se a abordar algumas das características mais relevantes da administração Juscelino Kubitschek – segundo estudiosos da área. Partimos do quadro político desenhado durante o período, analisamos o estilo administrativo da presidência, sua estratégia diante da política externa, as concepções ideológicas correntes durante a referida gestão e, finalmente, o tratamento dado às questões sociais – particularmente no tocante à Educação.

A segunda parte do trabalho é destinada a compreender a atuação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo – órgãos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, por sua vez ligado a Juscelino. O desenvolvimentismo juscelinista "significava manter o regime vigente, isto é, consolidar a segurança do sistema", e, assim, o apoio militar teria sido uma de suas bases de sustentação (Benevides, 1979, p. 190).

Fator de convergência tanto da aliança PTB-PSD quanto dos militares, a política econômico-administrativa do governo JK

teria sido o terceiro fator da estabilidade política no período em estudo, conforme Benevides (1979, cap. V). Tendo como eixo de sua administração o Programa de Metas, Juscelino enfatizava a industrialização do País. Tal ênfase administrativa sustentava-se no raciocínio de que o aumento da riqueza e da prosperidade – decorrente do avanço no âmbito industrial – não seria apropriado por grupos seletos da sociedade. Cardoso (1977, p. 78) observa que, de acordo com Juscelino Kubitschek, todos os componentes da sociedade seriam recompensados pelo progresso, tendo a "busca da prosperidade", portanto a "marca do social, e nesta a de toda a coletividade".

## 2. Tática administrativa

Buscando caracterizar a economia brasileira no período JK, Benevides diz que é este o momento de "consolidação da industrialização". É "quando se instala a indústria pesada, principalmente a automobilística, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganha novo impulso com a instalação de novas indústrias siderúrgicas e o desenvolvimento

\* Publicado originalmente na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 72, n. 171, p. 175-195, maio/ago. 1991.

acelerado da indústria de construção naval" (Benevides, 1979, p. 201-202). Quanto à política adotada por Juscelino nesse setor, Benevides observa que ocorre a "congregação da iniciativa privada – acrescida substancialmente de capital e tecnologia estrangeira – com a intervenção contínua do Estado, como orientador dos investimentos através de planejamento". A atuação do governo, ainda segundo a autora, mostra que ele se coloca como "instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento econômico".

A resposta de Kubitschek a todos os problemas surgidos na área do desenvolvimento econômico encontra-se consubstanciada no Programa de Metas. Tal Programa e as medidas efetuadas pelo Executivo no sentido de cumpri-lo tornam-se "as políticas governamentais mais importantes desse período". Visando aumentar a produtividade dos recursos investidos e viabilizar a aplicação de novos recursos em atividades produtoras, o Programa de Metas tinha como objetivo maior e final a elevação do nível de vida da população. A concretização da esperança de um futuro melhor para todos seria uma consequência do aumento de empregos gerado pelo desenvolvimento econômico (Benevides, 1979, p. 209-210).

O Programa de Metas, voltado para a realização de objetivos tão amplos, incluía, portanto, 31 itens distribuídos em seis categorias: energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e – a "meta-síntese" – a construção de Brasília (Benevides, 1979, p. 210; Vieira, 1985, p. 85).

O estabelecimento do Programa estava imbuído de uma mentalidade que privilegiava a racionalidade na administração pública. Sem a visualização prévia dos objetivos a serem alcançados e sem o perfilamento dos meios para atingi-los, seria impossível governar – tal seria a síntese do pensamento planificador de Juscelino. Vieira analisa que a "apologia da planificação" foi um recurso persistentemente utilizado durante toda a gestão JK. O presidente enfatizava que, pela primeira vez, havia "um plano nacional em execução no Brasil". Ao fim de seu mandato o Brasil teria ingressado na industrialização em bases modernas, sendo Brasília, "o ato inicial da revolução de desenvolvimento" (Vieira, 1985, p. 84) – o símbolo da racionalidade moderna, produto do pensamento que se antecipa à ação. O papel do Estado, nesse processo de ingresso na modernidade, seria o de garantir a eficiência e a produtividade do sistema,

cuidando para que os "pontos de estrangulamento" fossem eliminados. Daí a necessidade de diagnóstico preciso, objetivo e racional da situação (Cardoso, 1977, p. 169).

O Programa de Metas, visto no interior da política econômico-administrativa adotada por Kubitschek, aparece como uma peça implementada sem interferências significativas do Congresso e das agremiações políticas. Ocorre que, para obter o maior grau de racionalidade administrativa, o chefe do Executivo necessitava colocar em ação seu "estilo conciliatório" de governo, "pois – considera Benevides – uma reforma administrativa global levaria a uma confrontação direta com os interesses e as preocupações (amplamente representados no Congresso) da ainda florescente política de clientela". Certos órgãos da administração continuavam inalterados e atendendo aos interesses da política clientelista dos partidos representados no Congresso. Para implementar verdadeiramente a política desenvolvimentista, Juscelino criou uma administração paralela, utilizando-se de alguns órgãos já existentes – como a Cacex e o BNDE – e instituindo novos órgãos executivos ou de assessoria. Segundo Benevides (1979, p. 214 e 224), a administração paralela era "um esquema racional, dentro da lógica do sistema – evitando o imobilismo do sistema sem ter que contestá-lo radicalmente".

Cabe lembrar que tal recurso administrativo configurava o uso de "instrumentos extraconstitucionais, uma forma sub-reptícia de obter delegação de poderes para a realização do Programa de Metas". A autora observa que a continuidade do referido Programa "jamais teria sido possível se tivesse que passar pelos tradicionais processos de tramitação legislativa, caracterizados pelas longas negociações, entraves oposicionistas, etc." E atenta para o fato de que: "O esquema era racional e eficiente, mas ao manter as forças políticas sustentadoras do governo alheias ao processo decisório na política econômica aumentava gradativamente a preponderância do Estado sobre a sociedade civil" (Benevides, 1979, p. 225-226).

### **3. Auxílio do capital estrangeiro – OPA**

A aceitação do capital estrangeiro por parte do governo Kubitschek teria sido, segundo Benevides (1979, p. 236), "a opção

mais eficaz para a implementação do Programa de Metas, devido às zonas de incerteza e à paralisia burocrática (morosidade no Congresso e ineficácia na administração pública)". Juntamente com o capital, o *know-how* dos países avançados seria incorporado ao nosso processo de desenvolvimento – esclarece Cardoso –, "tornando-o mais produtivo e mais eficiente, portanto mais rápido e menos oneroso". Acompanhando esse "mecanismo direto de implantação da técnica elaborada no estrangeiro", tornam-se importantes os "planos de assistência técnica", implementados, no referido período, "pela ONU, pela OEA e pelo Ponto IV", ainda segundo Cardoso (1977, p. 156).

Do ponto de vista do pensamento desenvolvimentista, o capital externo era visto como colaborador num processo que levaria o País à autonomia no âmbito do desenvolvimento, à sua "libertação econômica" – conforme expressões de Cardoso. A necessidade dos recursos estrangeiros existiria "até que e para que" o País alcançasse a "velocidade de arranque" para prosseguir com independência seu próprio ritmo (Cardoso, 1977, p. 83).

O apelo ao capital externo é analisado por Cardoso como estando envolvido pela idéia da luta contra a subversão. Parte-se do princípio de que o subdesenvolvimento é sinônimo de miséria e que miséria predispõe a aceitação de "ideologias estranhas". A solução para a vitória da democracia, portanto, estaria na industrialização e no desenvolvimento econômico, que trariam o bem-estar social a toda a população – e para isso a ajuda externa seria imprescindível. Auxiliar os países periféricos seria um esforço empreendido no sentido de defender o sistema democrático contra as ameaças provindas das "ideologias antidemocráticas", enfim, do comunismo (Cardoso, 1977, p. 106-109, 124, 127; Vieira, 1985, p. 71-73).

Todo esse ideário consubstanciou-se na Operação Pan-Americana (OPA) – a política externa desenvolvida pelo governo Kubitschek –, onde encontram-se formuladas explicitamente muitas das afirmações acima referidas. As razões que levaram o governo JK a desencadear a OPA podem ser buscadas na história das relações entre o Brasil – e de modo mais amplo a América Latina – e os Estados Unidos. De acordo com Lafer, após a Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética participam da divisão do mundo em zonas de influência – movimento que se dá no interior do

colapso do tradicional sistema de relações internacionais. O Brasil, aliado dos Estados Unidos durante a guerra, integrou o subsistema americano, cabendo-lhe a tarefa de participar da defesa desses interesses no contexto do conflito Leste-Oeste (Lafer, 1973, p. 88, 89).

Durante todo o Pós-Guerra persistiram tais relações, ficando o Brasil numa posição de parceiro incondicional dos Estados Unidos, com a incumbência de preservar – juntamente com os outros países – os interesses políticos do Ocidente no âmbito do hemisfério sul. A segunda metade da década de 50 marca, entretanto, uma mudança na percepção desses vínculos. Agravadas as condições econômicas dos países da América Latina – dentre eles o Brasil –, cresce a rejeição da atitude negligente dos Estados Unidos nesse setor. Segundo Malan (1984, p. 86), "As preocupações norte-americanas continuavam em outras partes do globo, e, quando referidas à América Latina, centradas em problemas de segurança". É no sentido de alterar esse quadro – e obter maior autonomia para o Brasil no sistema internacional – que o governo JK concebe a Operação Pan-Americana.

O grau da insatisfação frente aos Estados Unidos pode ser percebido quando da viagem do vice-presidente Nixon à América Latina. Violentas manifestações antiamericanas ocorreram, notadamente em Lima e Caracas, em maio de 1958. Este episódio – que motivou, segundo Bandeira (1973, p. 378-380), o envio de tropas norte-americanas para a região – gerou grande celeuma nos meios políticos, na imprensa e na opinião pública dos Estados Unidos. Tais fatos, segundo Malan (1984, p. 87), "tornaram palpável aos norte-americanos a extensão em que se haviam deteriorado as relações entre a América Latina e os EUA após mais de uma década de frustrações latino-americanas e uma atuação econômica delicada para a maioria dos países da região".

Referindo-se aos episódios envolvendo o vice-presidente Nixon, Kubitschek envia uma carta – naquele mesmo maio de 1958 – a Dwight Eisenhower. Embora qualificando as agressões a Nixon como atos de "simples minoria", JK considera que "não é possível esconder que, diante da opinião mundial, a idéia da unidade pan-americana sofreu sério prejuízo". Essa carta marca o início de uma sucessão de eventos que caracterizaram a tentativa do governo brasileiro no sentido de alterar suas relações com os Estados

Unidos. O documento pode ser considerado, assim, como o primeiro passo para a estruturação da OPA (*Revista Brasileira de Política Internacional*, 1958, p. 138-140).

Em discurso pronunciado em junho do mesmo ano, o presidente brasileiro expõe com maior clareza suas intenções. "Creio chegada a hora de um pronunciamento claro e sincero do Brasil em relação a alguns assuntos de política internacional", diz Juscelino abrindo seu pronunciamento diante de chanceleres estrangeiros.

Podemos encontrar nessa peça de oratório três elementos constituintes da OPA. O primeiro, a recusa – por parte dos brasileiros – em continuarem numa "atitude próxima ao alheamento, mais como assistentes do que como participantes do desenrolar de um drama em cujas consequências estaremos envolvidos como se nele tivéssemos atuado de forma ativa", disse Juscelino.

O segundo elemento que destacamos no referido discurso trata da insatisfação do Brasil diante da política de auxílio financeiro promovida pelos Estados Unidos desde o Pós-Guerra. Apresenta-se, então, um dos pontos-chave da política externa de JK, qual seja, a concepção de que o subdesenvolvimento dessas regiões, "não é um fenômeno apreciável somente em termos econômicos", pois sua manutenção torna difícil "difundir o ideal democrático e proclamar a excelência da iniciativa privada". Tais expressões significam, em última análise, que o subdesenvolvimento expõe os países da América Latina à influência da ideologia comunista.

E, finalmente, compondo o discurso de Kubitschek, encontra-se o corolário da Operação Pan-Americana, qual seja, a necessidade de investimentos públicos provindos dos Estados Unidos, "a fim de contrabalançar a carência de recursos financeiros internos e a escassez do capital privado" – medida que deveria ser acompanhada de programas de assistência técnica (*Revista Brasileira de Política Internacional*, 1958, p. 141-145).

As ações no sentido de tornar a OPA uma realidade caminharam rapidamente. Em 9 de agosto de 1958, vem à luz um *Aide-Mémoire*, elaborado pelo governo brasileiro e destinado aos governos das repúblicas americanas, numa tentativa de obter apoio para uma ação conjunta no âmbito da política internacional. Nesse documento encontram-se sumarizadas as linhas gerais da proposta brasileira pertinente à OPA cujos

temas indicamos acima. Ao lado da retórica das ideologias – a que já nos referimos –, algumas medidas econômicas são apontadas, como a "aplicação do capital privado dos países industrializados em áreas subdesenvolvidas ou semidesenvolvidas" e o "aumento de volume e facilitação das condições dos empréstimos das entidades internacionais de crédito público, ou criação, no plano interamericano, de órgão de financiamento visando ao mesmo objetivo".

Seguindo a mesma linha dos pronunciamentos anteriores de JK, o *Aide-Mémoire* elide a discussão das "razões numerosas e complexas" causadoras do "fenômeno do subdesenvolvimento". No documento, prefere-se uma abordagem pragmática do "fenômeno" em detrimento da compreensão de sua etiologia. Ao tratar da necessidade de reorientação do pan-americanismo – conforme praticado desde o Pós-Guerra –, o documento assinala que "não se poderia de boa-fé particularizar responsabilidades pela anemia crônica da América Latina" (*Revista Brasileira de Política Internacional*, 1958, p. 119-123).

#### 4. Ideologia desenvolvimentista

Uma das facetas da ideologia desenvolvimentista – apontada por Cardoso – é a sua ênfase em deslocar o debate da área política para a econômica. Tomemos o caso referido acima a respeito das relações internacionais. A questão política do combate à subversão e ao comunismo e o problema – também político – da miséria em países como o Brasil obtêm uma mesma e única resposta, qual seja: é preciso industrializar o país, é preciso desenvolvê-lo economicamente.

Cardoso considera que, ao debate propriamente político, JK "opõe uma forte dose de pragmatismo e uma enorme ênfase na racionalidade". A fórmula adotada por Juscelino para a mobilização da opinião pública é a da "eliminação da polêmica em favor do tratamento técnico inclusive das questões mais controvertidas". Ainda segundo a autora, o tratamento dado por Kubitschek aos fatos "é sempre e sistematicamente empírico, sem, naturalmente, nenhuma explicitação da sua fundamentação" (Cardoso, 1977, p. 196-197).

No plano das nações e das regiões, a ideologia do desenvolvimentismo constata a diferença entre ricas e pobres, mais ou

menos adiantadas, porém, no âmbito social, parece não reconhecer grupos ou classes sociais com diferentes características. Conforme Cardoso (1977, p. 203) observa, "Parece que o desenvolvimento os aglutina todos, permitindo pensar não os grupos, mas a coletividade". Juscelino vincula os benefícios do desenvolvimento a todos, sem distinções, cabendo a todos, portanto, oferecer sua contribuição.

Visando promover o bem-estar social, eliminar as carências e as privações e favorecer sobremaneira os humildes, JK utiliza-se da conclamação de todos os brasileiros à união. Como observa Cardoso, deve prevalecer a harmonia entre capital e trabalho, com desacordos resolvidos às vistas da lei por meio das instituições competentes – o não cumprimento desse princípio colocaria em risco toda a coletividade. Segundo Cardoso (1977, p. 211-212), "cada um deve oferecer ao país aquilo de que dispõe, seja capital, seja trabalho" – ambos colocados, no interior da ideologia –, "no mesmo nível, como contribuições igualmente valiosas". De acordo com o discurso desenvolvimentista, portanto, pobres e ricos não estariam separados por limitações de classe social, sendo as diferenças entre uns e outros superáveis mediante o trabalho (p. 94).

Sendo, por um lado, inconformista e transformadora no tocante às condições presentes no País – pobreza, subdesenvolvimento, etc. –, a ideologia desenvolvimentista, por outro, é nitidamente conservadora, prezando a ordem acima de quaisquer outros requisitos. No plano da organização política da sociedade, não admite a organização de forças sociais que se oponham aos círculos dominantes, observa Cardoso. Tal impedimento, entretanto, não requisitava instrumentos repressivos propriamente ditos, mas sim "o fortalecimento dos mecanismos de coesão social generalizada", ou seja, a ênfase na adoção, por parte dos grupos dominados, do projeto político e econômico dos grupos dominantes – "apresentado como projeto nacional", como salienta a autora (Cardoso, 1977, p. 183-184; Vieira, 1985, p. 87). A tarefa da ideologia desenvolvimentista era conseguir, justamente, "uma disposição favorável" por parte da população para que esta se submetesse às exigências do planejamento juscelinista. Era necessário que tais exigências se transformassem numa convocação para participar do progresso e do engrandecimento nacional", analisa Cardoso (1977, p. 189).

Juscelino Kubitschek teria lançado mão de um ideário sobremaneira absorvente e sedutor, conseguindo transformá-lo num "recurso para a garantia da estabilidade do sistema, em termos de mobilização e legitimação", segundo Benevides. A autora nos dá um quadro dos diferentes setores da sociedade brasileira e das razões de sua cooptação pelo desenvolvimentismo juscelinista: tal ideário interessava à burguesia industrial por não enfatizar a intervenção estatal na economia; seduzia as Forças Armadas por estas considerarem o desenvolvimento como imprescindível para a defesa nacional; a classe trabalhadora via no desenvolvimento econômico a chave para um futuro melhor; as esquerdas não conseguiam elaborar "formulações práticas e programáticas em relação à economia nacional", ficando o debate, portanto, enfraquecido; o Partido Comunista, por defender uma política "de aliança e de conciliação" que levasse à "Revolução Burguesa" no Brasil, era atraído pelo ideário por considerá-lo expressão de uma etapa histórica a ser cumprida necessariamente (Benevides, 1979, p. 240).

## 5. Questões sociais: educação

Conforme vimos anteriormente, a grande ênfase do governo Kubitschek era centrada na industrialização. Como observa Cardoso (1977, p. 78), a finalidade das metas juscelinistas era a "valorização do homem", objetivo que, para ser atingido, passava por propostas especificamente voltadas para a industrialização, "com especial atenção para as necessidades infra-estruturais". Os ganhos sociais, no interior do pensamento desenvolvimentista, seriam consequência dos avanços no setor econômico. Segundo Vieira (1985, p. 86), o Programa de Metas – "resposta brasileira às propensões do capitalismo mundial da época" – promoveu a redução do conceito de desenvolvimento econômico à noção de industrialização, "sem se preocupar com a emancipação econômica ou com muitas questões políticas, sufocadas pelo tecnicismo".

As realizações da administração JK teriam se voltado prioritariamente para a edificação de grandes obras e para a "intensa capitalização do Brasil, em particular por meio do investimento estrangeiro", considera

Vieira. A economia teria prevalecido em detrimento da política social, e as "metas econômicas do governo federal não só conviveram com precárias condições de vida da maioria da população brasileira, como ainda permitiram ocultá-las, através da febre desenvolvimentista", diz o autor (Vieira, 1985, p. 127). O Programa de Metas privilegiava os chamados setores prioritários – energia, transporte, alimentação e indústria de base –, dando alguma relevância à formação técnica dos trabalhadores, incluída na meta referente à Educação. Este setor, assim como a Saúde Pública, a Habitação Popular, a Previdência Social e a Assistência Social, teria merecido atenção menor na política juscelinista (p. 128).

No tocante à política social de JK, interessa-nos particularmente destacar suas concepções a respeito da educação. Vieira nos dá um quadro do pensamento juscelinista neste setor. Diz o autor que em 1956 grande ênfase era colocada sobre as escolas técnico-profissionais, "onde se formariam empregados qualificados que se destinariam aos inúmeros setores da produção econômica". A educação profissionalizante serviria para integrar o homem na almejada civilização industrial. Juscelino visualizava um ensino secundário com maiores possibilidades de opções, além da tradicional via de acesso ao ensino superior. Assim, "reconhecia a premente necessidade de aprimorar professores, técnicos, administradores e inspetores daquele nível de ensino", e, mais adiante, em 1958, valorizava a preparação de "técnicos de nível médio, para irem trabalhar na indústria, no comércio, na agricultura e mesmo no magistério primário". Ainda segundo Vieira (1985, p. 100-101), para Kubitschek os "estudos predominantemente intelectuais" deveriam ser reservados apenas àqueles jovens que demonstrassem possuir "vocaçào" para tal caminho. Assim, informa o autor, entre os anos de 1957 e 1959, os recursos federais destinados aos cursos industriais de nível médio sofreram uma quadruplicação.

Quanto ao ensino primário, Vieira observa que as preocupações de JK, embora tenham passado por certas referências profissionalizantes também nesse nível de ensino, centraram-se na necessidade de expansão das oportunidades de escolarização e na melhoria das condições de preparação dos professores. Vinculadas ao ensino primário encontravam-se as idéias relativas à erradicação do analfabetismo – que atingia

50% da população, segundo dados de Vieira. O autor considera que as ações de JK nesse sentido eram obstaculizadas pela priorização dada à destinação de recursos para a qualificação de mão-de-obra para as empresas – fator relevante para o desenvolvimento industrial (Vieira, 1985, p. 101).

Analisando particularmente os aspectos ideológicos envolvidos nas pretensões de transformação do sistema educacional no governo Juscelino Kubitschek, Cardoso aponta o fato de que a educação aparecia estreitamente vinculada ao desenvolvimento, como se fosse um instrumento a serviço deste. No interior do pensamento desenvolvimentista, estaria presente a idéia de que as transformações industriais em curso vão colocando necessidades e que o sistema de ensino deve ir sofrendo alterações para atendê-las. Trata-se de colocar a educação diante das necessidades concretas e não de ideais, o que revela a atitude "altamente pragmática" dessa ideologia (Cardoso, 1977, p. 178).

Cardoso enfatiza que a ideologia desenvolvimentista inclui uma atitude de fuga do academicismo no tocante à educação; a prioridade seria aproximar a escola da realidade do país, adequando a instituição às mudanças que essa realidade estaria sofrendo, ou seja, a escola deveria preparar os quadros para os novos postos de trabalho exigidos pelo desenvolvimento. Assim, a formação de recursos humanos tem, no governo JK, um sentido bem definido, qual seja, atender à demanda do mercado de mão-de-obra e auxiliar, assim, o desenvolvimento do País. Cardoso (1977, p. 178-180 e 213) observa, ainda, que as modificações pretendidas no setor educacional inserem-se, no corpo do pensamento desenvolvimentista, numa perspectiva voltada para a racionalização do trabalho. A formação técnico-profissional seria imprescindível para o adequado aproveitamento da abundância de recursos naturais do País, para o aumento da produtividade e para a "formação do capital nacional".

Embora assumindo papel tão relevante do ponto de vista das idéias desenvolvimentistas, os avanços no setor educacional não foram, segundo Vieira (1985, p. 103), além de promessas e de troços". Em todos os níveis de ensino, inclusive no tocante à alfabetização de adultos, os projetos governamentais eram "pouco vigorosos, para não dizer anêmicos". As medidas, apenas esparsas, acabavam por depender de cada unidade da Federação.

Mesmo no tocante ao ensino primário e ao ensino médio, o progresso foi "acanhado para um governo que assumia a educação profissionalizante nos dois níveis, como uma das condições de atingir o futuro de grandeza nacional". Quanto à aplicação de recursos financeiros na educação, o autor indica que "as despesas federais com o ensino e a investigação" sofreram uma elevação, sem, no entanto, contribuir para "transformar na essência a Educação no Brasil" (p. 106). Quanto ao investimento de capital externo no setor educacional, o autor informa que, ao contrário de outras áreas abrangidas pelo Programa de Metas do governo, não houve "qualquer aplicação de capital estrangeiro diretamente na educação" (p. 90).

## 6. Os centros de pesquisas educacionais

### 6.1 Origens

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) – órgão do Ministério da Educação e Cultura – foi criado em 30 de julho de 1938, pela Lei Federal nº 580. Administrado já por Lourenço Filho e por Murilo Braga, respectivamente, encontrava-se o Inep, desde 1952, sob a gestão de Anísio Teixeira, quando foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) – instituído pelo Decreto Federal nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955. Subordinado ao Inep, o CBPE era dirigido também por Anísio Teixeira – que, aliás, ocupou o cargo durante todo o período abrangido por este estudo.

Em março de 1956, iniciou-se a publicação da revista *Educação e Ciências Sociais*, boletim do CBPE, periódico especializado "no setor de estudos e pesquisas sociais relacionados com a educação" – conforme consta no artigo de apresentação de seu primeiro número.

O mesmo Decreto Federal nº 38.460, acima referido, que instituiu o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, criou também os Centros Regionais. Estes seriam sediados, previa o aludido Decreto, nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRSP) passou a funcionar mediante convênio entre o Inep

e a Universidade de São Paulo, ficando a cargo do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. O CRSP foi dirigido, durante todo o período em estudo, por Fernando de Azevedo.

Em junho de 1957, iniciou-se a publicação da revista *Pesquisa e Planejamento*, boletim do CRSP, periódico destinado a tornar conhecidas e respeitadas pelo público as atividades do Centro – conforme consta no artigo de apresentação do primeiro número da revista. Tendo servido, durante todo o período em foco, como órgãos oficiais de divulgação das pesquisas desenvolvidas pelos centros, dos estudos e projetos por eles levados a cabo e das reflexões dos educadores que os dirigiam ou que a eles se agrupavam, *Educação e Ciências Sociais* e *Pesquisa e Planejamento* indicam-nos o sentido das atividades do CBPE, do CRSP e daqueles que ali publicavam seus trabalhos.

### 6.2 As realizações educacionais

O primeiro aspecto que gostaríamos de destacar nas atividades CBPE e do CRSP é quanto aos seus esforços no setor da formação de quadros para a educação. Embora essa pareça não ter sido uma preocupação marcante do CBPE – haja vista o tema não merecer destaque em seu boletim –, o assunto ganhava relativa ênfase nas páginas do boletim do CRSP.

Assim, tomamos conhecimento que em 1957 o CRSP promoveu o I Seminário de Professores Primários e que em 1958 realizou um Curso para Delegados de Ensino e o I Curso de Especialistas em Educação para a América Latina, iniciativa que teve continuidade em 1959 e em 1960, com o II e o III Cursos, respectivamente. Em 1958 e em 1959, o CRSP realizou também Cursos para Inspectores Escolares. Além de atividades formativas dessa categoria, o CRSP ofereceu bolsas de estudos para aperfeiçoamento de professores primários nos Estados Unidos, numa iniciativa conjunta com o Inep e o governo americano.

Aspecto que chama a atenção nas matérias de ambos os boletins é a marcante participação de organismos internacionais nas atividades dos Centros. Desde a posse de Anísio Teixeira à frente do Inep já se destacava a presença da Unesco. Otto Klineberg,

Charles Wagley e Jacques Lambert foram os técnicos da Unesco que tiveram influência na definição dos objetivos do CBPE e, juntamente com Andrew Pearse, Bertram Mutchinson e Robert James Havighurst, estiveram presentes nos primeiros anos de funcionamento desse Centro; aliás, a própria instituição do referido órgão resultou de um plano de cooperação entre o Inep e a Unesco, onde se previa, inclusive, a indicação de um membro da Direção de Programas do CBPE pelo organismo internacional.

A presença de tais organismos no CRSP evidencia-se, principalmente, pela atuação da Unesco nas iniciativas ligadas à formação de pessoal durante o período em estudo. Assim ocorreu com os Cursos de Especialistas em Educação para a América Latina, acima referidos, que fizeram parte do Projeto Maior nº 1 da Unesco – concebido para auxiliar na expansão da educação primária e na erradicação do analfabetismo na América. Os objetivos do Projeto aludido seriam alcançados por meio da preparação de um corpo de especialistas voltados para a atuação na área de ensino. É o que se depreende, por exemplo, do discurso de M. Brullé, quando da abertura do II Curso de Especialistas, em 1959. A representante da Unesco afirma que o objetivo daquela programação era permitir aos participantes "atingir um pensamento pedagógico mais aprimorado" e familiarizar-se "com concepções audaciosas, renovadas", que pudessem ser colocadas a serviço da população; atribui aos profissionais da educação tarefas político-educacionais, uma vez que eles seriam "os animadores e os construtores do mundo de amanhã" (Brullé, 1959).

Ênfase semelhante já era dada na abertura do curso promovido no ano anterior. Fernando de Azevedo (1958a), na ocasião, reflete a respeito da importância da constituição de um "estado-maior" de especialistas, de "elites intelectuais e pedagógicas", de quem dependeria a solução dos graves problemas educacionais que se apresentavam. Na mesma oportunidade, Malcolm S. Adiseshiah (1960), subdiretor geral da Unesco, discorre a respeito dos milhares de dólares investidos pelo organismo no continente americano para a realização de seu Programa Principal de Erradicação do Analfabetismo, e cita as iniciativas no setor de formação de recursos humanos – dentre as quais se inseria o Curso de Especialistas que se iniciava.

### 6.3 O ideário

Todas as atividades do CBPE e do CRSP – fossem elas ligadas à formação de recursos humanos, ao desenvolvimento de pesquisas ou à simples divulgação de idéias por meio de seus boletins – pareciam norteadas por certos princípios: a educação deveria assumir um papel instrumental diante da condição histórica, política, econômica e social em que se encontrava o País. Tal condição era definida como sendo a do ingresso do Brasil na modernidade; toda iniciativa a ser tomada deveria fundamentar-se no primado da racionalidade, ou seja, na utilização do raciocínio e das técnicas científicas que privilegiavam o planejamento, a previsão, o cálculo – em contraposição a atitudes intuitivas. O principal recurso a ser utilizado pelos educadores e pesquisadores, para a consecução de seus objetivos, seriam as ciências sociais, com seus instrumentos teóricos e seu instrumental de investigação empírica.

O artigo de apresentação do primeiro número do boletim do CBPE já informava que a perspectiva do Centro era a de ver "os fatos educacionais em suas múltiplas relações com outros fatos sociais, econômicos, culturais e políticos". O Plano de Organização do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais ressaltava a importância dos levantamentos de dados como meio de verificação da adequação das condições escolares à "sociedade em mudança", colocando a escola como "agência de transmissão do patrimônio cultural e da sua própria harmonização". A escola aparece no referido Plano como instrumento a ser utilizado "no processo de aceleração, correção ou equilíbrio do desenvolvimento da sociedade brasileira".

Auxiliados por J. Lambert (1956) e O. Klineberg, técnicos da Unesco, os diretores do CBPE elaboraram um plano de ação para o Centro nos anos de 1956 e 1957. Destacam-se, entre as diretrizes do documento – publicado no terceiro número de *Educação e Ciências Sociais* –, a priorização do uso das ciências sociais para a "solução dos problemas educacionais no Brasil"; a necessidade de integrar o sistema educacional com as necessidades de mudança do País, partindo-se de uma "descrição e análise crítica" da educação, no sentido de se poder medir e avaliar futuras mudanças. Lambert, na redação de um comentário relativo a esse programa do CBPE, enfatiza o objetivo de "aplicar a pesquisa sociológica



à política educacional", acentuando que os pesquisadores deveriam elaborar um "mapa sociológico" e um "mapa educacional" do País, o que facilitaria, segundo o autor, os estudos pertinentes à adequação do sistema escolar à nascente estrutura democrática e urbana do País.

Os temas a que nos referimos – planejamento que antecede uma intervenção no sistema educacional no sentido de adequá-lo à realidade em mudança – são temas recorrentes no boletim do CBPE. Diversos são os escritos que refletem essa mentalidade. Bastante exemplar do raciocínio que parece permear as concepções socioeducacionais do CBPE é o artigo de Juarez R. Brandão Lopes, em que o autor defende a idéia de que o binômio educação-sociedade é interdependente. Lopes (1959) caracteriza a sociedade brasileira daquela época como em processo de industrialização, de urbanização e de democratização, contendo ainda esse processo duas sociedades – citando, nesse ponto, J. Lambert –: uma de aspecto "arcaico colonial" e outra de aspecto "urbano e industrial"; critica o sistema educacional então vigente, por não atentar para essa realidade, o que estaria retardando o desenvolvimento econômico do País.

Outra matéria que se destaca, nesse mesmo sentido, é a notícia dada por *Educação e Ciências Sociais*, em seu oitavo número, a respeito do Seminário Interamericano de Planejamento Integral da Educação, promovido pela OEA e pela Unesco, e sediado em Washington no ano de 1958. Jayme Abreu, um dos delegados brasileiros presentes ao evento, apresenta o documento intitulado "Centro de Pesquisa no Planejamento Educacional", onde trata da necessidade de introdução do método científico no "planejamento racional" da educação; reflete, ainda, a respeito do "impacto das revoluções industrial e tecnológica" e da necessidade de se abandonar a improvisação em benefício do estudo das possibilidades de "mudança social provocada", o que poderia ser implementado por meio dos Centros de Pesquisa em todo o mundo.

O tema do planejamento da mudança social parece ter sido um dos pontos de destaque no ideário assumido pelo CBPE, por influência – supomos – da Unesco. Em 1959, realizou-se no Rio de Janeiro o Seminário sobre Resistência à Mudança – Fatores que impedem ou Dificultam o Desenvolvimento Econômico, numa promoção conjunta da referida agência internacional,

do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – conforme noticiário incluído no número 12 de *Educação e Ciências Sociais*. Robert J. Havighurst analisou a questão em um dos artigos publicados por esse mesmo periódico, abordando a educação como "indispensável" para o "desenvolvimento" do País, para o surgimento de uma "nação industrial moderna". A educação, defende o autor, seria um dos fatores capazes de "provocar, deliberadamente", a mudança social (Havighurst, 1957).

A concepção do momento histórico vivido pelo Brasil e a assimilação da importância da investigação científica estão presentes não só nos discursos e nos documentos oficiais do Centro. O trabalho de pesquisa de A. Pearse (1956) demonstra que tais elementos casavam-se na investigação de campo. Pearse baseia-se na idéia de que a cidade é o "setor mais importante da vida brasileira contemporânea", onde se desenvolve o processo de "transformação do Brasil, de uma sociedade de tradição rural predominantemente atrasada, em uma sociedade industrial, moderna e democrática". Assim, elabora um projeto de pesquisa em que pretende investigar um bairro do Distrito Federal – as famílias e o funcionamento das salas de aula, entre outros aspectos –, utilizando-se de questionários, entrevistas e testes.

O projeto mais ousado – e talvez mais significativo das tendências científicas do CBPE – foi sem dúvida o das cidades-laboratórios. Conforme explicações feitas por Oracy Nogueira (1958) e por Darcy Ribeiro (1958) em *Educação e Ciências Sociais*, teria sido eleita uma área – Leopoldina e Cataguases, em Minas Gerais – para servir a uma série de levantamentos e programas em diversos setores de pesquisa, particularmente, em experimentação educacional.

As questões da racionalidade e da posição instrumental da educação foram amplamente divulgadas também pelo boletim do CRSP, embora se possa notar, neste periódico, menor ênfase na segunda questão – se o compararmos com *Educação e Ciências Sociais*. A matéria de apresentação de *Pesquisa e Planejamento* faz referência ao que chama os "três ideais fundamentais" dos Centros de Pesquisas Educacionais, quais sejam: "reestruturar a educação do país" por meio do levantamento "de situações concretas" e da "investigação científica dos problemas, cujo estudo depende uma planificação racional"; buscar a "racionalização progressiva da

conduta e ação política" em educação, com o intuito de "servir aos governos" – e nesse ponto defende que "o empirismo, a improvisação e a superficialidade cedam, afinal, o lugar ao espírito e aos métodos científicos"; e, como terceiro ideal, "atrair para a educação e pôr a seu serviço as ciências sociais".

Tratamento semelhante é dado à educação por Fernando de Azevedo no discurso de inauguração do CRSP. O diretor do Centro enfatiza que as atividades de pesquisa que se iniciavam pretendiam dar "solução racional" a "um dos mais graves e complexos problemas com que se defrontam as sociedades modernas", devendo-se "recorrer às ciências e às pesquisas sociais" para auxiliar a "reconstrução nacional". Azevedo (1957a) defende, na ocasião, a necessidade de se substituir "uma política empírica de educação" por "uma política científica, realista e racional".

Os cursos promovidos pelo CRSP parecem ter sido norteados por ideário semelhante. No discurso de inauguração do I Seminário de Professores Primários, em 1957, Fernando de Azevedo (1957b) trata o CRSP como "um vasto laboratório de pesquisas e experiências, no domínio das ciências humanas e sociais". Dando particular importância à penetração, na esfera educacional, dos métodos científicos e das técnicas de pesquisa histórica, biopsicológica, social e educacional", fundamentais para a formação profissional do educador.

No encerramento do referido Seminário, Azevedo (1957c) chama a atenção para o abandono do "empirismo" e da "intuição" em favor de métodos científicos de investigação e de prova, para a introdução de "regras científicas" na "arte de educar". É o mesmo Azevedo (1958b) quem, na abertura do Curso para Delegado de Ensino, em 1958, afirma a importância do "elemento pessoal, subjetivo, de vocação, de fé, de entusiasmo", na área escolar, fazendo notar, porém, que "a educação não poderá subsistir nem desenvolver-se" sem "um largo e vigoroso equipamento cultural-científico, de técnicas, de pesquisas e de planificação".

O ideário cientificista não se encontrava restrito aos discursos dos educadores do CRSP. As atividades de suas Divisões eram voltadas para o desenvolvimento de projetos de pesquisas de campo, destinadas a construir um quadro da situação do ensino no Estado de São Paulo. Citamos, aqui, um exemplo significativo dessa preocupação – exemplo que, inclusive,

demonstra as reflexões quanto à vinculação entre a problemática educacional e as questões relativas ao desenvolvimento da sociedade.

A Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (1959) desenvolveu, durante os anos de 1958 a 1960, um estudo em que se incluía um levantamento bastante abrangente de diversos tópicos pertinentes à escola primária paulistana. Ao lado da exposição dos projetos, do andamento e dos resultados das pesquisas, as matérias publicadas por essa Divisão em *Pesquisa e Planejamento* enfatizam a necessidade de que a escola "venha a atender os reclamos educacionais de uma sociedade, como a nossa, no caminho da industrialização e assistindo à cristalização de um regime democrático de governo, um e outro tão reconhecidamente dependentes da educação fundamental comum".

## 7. Conclusões

### 7.1 O espírito das metas educacionais

Criados, como vimos, logo no início do governo Kubitschek, o CBPE e os Centros Regionais de Pesquisa Educacionais parecem ter tido uma presença marcante no cenário educacional do Brasil, durante o final da década de 50. Sendo órgãos vinculados ao Inep e, portanto, ao MEC, parece-nos possível afirmar que suas iniciativas incluíam-se no projeto de governo de JK. Embora nosso estudo enfoque apenas o CBPE e o CRSP, temos notícia de que também nos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram instalados – e parecem ter funcionado ativamente – Centros Regionais como o de São Paulo.

Procuramos demonstrar, na segunda parte deste trabalho, que não foram poucas e nem pouco abrangentes as iniciativas dos Centros estudados – tanto na área de pesquisa quanto na de melhoria da capacitação dos quadros ligados à educação, desde professores primários até delegados de ensino. Podemos, assim, discutir algumas afirmações que fizemos constar na parte inicial desse estudo.

Como vimos, Vieira assinala que a área de educação, bem como outras abrangidas pelo termo "social", foi pouco privilegiada durante a gestão Kubitschek. Este autor, conforme citamos, utiliza expressões como

"pouco vigorosos" e "anêmicos" para caracterizar os projetos juscelinistas no setor do ensino. Acreditamos poder, pelo menos, retirar a ênfase dada por Vieira ao fracasso das realizações de JK nesse setor. O que se poderia dizer, sugerimos, é que, se não apresentou resultados que modificassem profundamente a situação da educação no Brasil, o governo Juscelino não falhou por falta de mobilização de recursos para isso. Afinal, os Centros de Pesquisas espalharam-se por quase todas as regiões do País e dispunham de pesquisadores da mais alta capacitação – muitos, inclusive, até hoje reconhecidos como tal, a exemplo de Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Antônio Cândido, além de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

Outra afirmação constante da parte inicial deste estudo – e que merece ser relativizada – é a que diz respeito a uma preocupação, quase exclusiva por parte do governo JK, voltada para o ensino profissionalizante. Se é correto que o investimento de recursos financeiros e as iniciativas concretas privilegiaram o ensino destinado à formação de mão-de-obra técnica – importante para o preenchimento dos postos nas indústrias recém-instaladas ou por instalar –, não é certo afirmar que as preocupações dos educadores vinculados aos Centros – órgãos, afinal, de um Ministério – tivessem os mesmos traços. As pesquisas e os projetos veiculados pelos boletins do CBPE e do CRSP dão conta de realizações que visavam, em grande parte, ao ensino primário e à erradicação do analfabetismo.

Conforme esclarecemos, a estratégia administrativa de Juscelino Kubitschek pautava-se pela "apologia da planificação" – expressão utilizada por Vieira, já citada. O espírito do Programa de Metas implementado por JK teria sido a racionalidade, o planejamento e a antevisão dos problemas a serem enfrentados por seus projetos. No âmbito dos Centros de Pesquisas Educacionais estava presente, como procuramos demonstrar, o mesmo espírito, consubstanciado na forma do discurso e da prática científica.

As expressões de Jacques Lambert – "mapa sociológico" e "mapa educacional", já referidas – estão imbuídas precisamente dessa concepção que privilegia a demarcação prévia dos terrenos onde atuar. As idéias de Jayme Abreu, expostas no Seminário Interamericano de Planejamento Integral da

Educação, a respeito da utilização do método científico no "planejamento racional" da educação; os diversos discursos de Fernando de Azevedo defendendo o abandono da intuição em favor das técnicas científicas na área educacional; o projeto de experimentação educacional em cidades-laboratórios – estes exemplos demonstram que a mesma mentalidade que animava a administração JK, e que parecer ter sido detectada por outros autores em setores diversos, animava também os pesquisadores da educação aqui analisados.

A educação, à semelhança do cumprimento das metas em setores econômicos e financeiros, deveria submeter-se também à planificação, à racionalidade e à experimentação sustentada por bases científicas. Se nada podemos afirmar, por um lado, quanto aos resultados desses esforços no sentido de provocar alterações no sistema de ensino nacional, podemos concluir, por outro, que a estratégia de ação e o espírito dos projetos para essa área eram animados por um forte aparato conceitual e técnico – em perfeito acordo com as linhas mestras do governo JK.

## 7.2 Os objetivos do auxílio estrangeiro

Conforme já destacamos, algumas instituições estrangeiras participaram de realizações dos Centros de Pesquisas. A mais importante delas foi a Unesco, órgão com assento nos postos dirigentes do CBPE e em seus cargos de assessoria, e mesmo de execução de projetos, além de fornecer apoio a iniciativas ligadas à capacitação de pessoal levadas a cabo pelo CRSP.

Se concordarmos com a afirmação de que nenhum recurso financeiro provindo do exterior foi aplicado diretamente na educação durante o governo Kubitschek – como garante Vieira, citado anteriormente –, devemos supor que o aludido autor esteja se referindo, talvez, exclusivamente à implementação da rede física de escolas públicas. A participação da Unesco, no plano educacional, se não se deu por esses meios, ocorreu de um modo que, segundo as características administrativas do governo JK, talvez tenha sido muito mais relevante. O referido organismo internacional atuou justamente na esfera da planificação, ou seja, junto a órgãos encarregados de estudar as condições reais da educação e de conceber soluções para o ensino no Brasil. A planificação, como vimos na

seção inicial deste estudo, era um dos traços marcantes da administração juscelinista.

Segundo a análise desenvolvida no início deste trabalho, a ajuda dos países desenvolvidos aos países periféricos tinha como alvo, no plano político, a conservação da democracia, a rejeição de idéias que pudessem desestabilizar os ideais do mundo ocidental, ou seja, tinha como meta afastar o "perigo" do comunismo. Tal era a perspectiva adotada pelo governo JK na elaboração da Operação Pan-Americana.

Procuramos demonstrar que as referidas metas seriam alcançadas – conforme o ideário da OPA – por meio do auxílio financeiro que pudesse promover o desenvolvimento econômico de países como o Brasil, uma vez que o avanço da industrialização promoveria o bem-estar das camadas mais pobres do povo. Cabe destacar, diante das observações que fizemos a respeito da influência da Unesco, que, segundo nos parece, o auxílio fornecido ao setor da educação também visaria atingir a meta de conservação da democracia – nos termos aqui utilizados.

Se analisarmos as pesquisas desenvolvidas pelos Centros, os artigos que expressam as opiniões dos educadores, e mesmo os cursos de reciclagem de recursos humanos vinculados à educação, notaremos que, em última análise, o que se pretende, em grande parte, é conhecer a realidade social do País, a diferenciação de suas camadas, a escola que se oferece a essa população – particularmente às camadas pobres – e, intenção maior, transformar a mentalidade vigente entre os profissionais da educação, no sentido de que estes viessem a alterar a dos setores populares. Mas qual seria a finalidade última de toda essa transformação? Em outras palavras, transformação em que sentido?

*Educação e Ciências Sociais*, em seu número 13, transcreve informações pertinentes à Reunião Preparatória da Conferência Interamericana sobre Educação e Desenvolvimento Social e Econômico, realizada em 1959 no Brasil, com o apoio da OEA e da Unesco. Tais informações dão conta de que uma "população educada" seria o sustentáculo de uma "democracia operante, de efetiva participação do povo nos assuntos nacionais". Aqui talvez esteja a resposta à questão formulada acima, qual seja, a transformação mais relevante a ser efetuada talvez fosse aquela que alterasse a mentalidade política do povo brasileiro – este seria o

papel da educação e sua contribuição para a democracia.

Dessa forma, embora não tenham havido investimentos financeiros externos *diretamente* no setor educacional, durante o governo JK, o auxílio estrangeiro deu-se no setor de planejamento, que visava futuros benefícios ao setor, e, além disso, parecia incluir-se no mesmo contexto em que se encontrava a injeção de capital em setores produtivos, qual seja, a luta pela erradicação da pobreza e das más condições de vida, como arma de defesa contra o comunismo. Cabe destacar que o auxílio estrangeiro iniciou-se antes mesmo que o referido ideário se consubstanciasse na Operação Pan-Americana, que data de 1958, como vimos. Logo na criação do CBPE, conforme já salientamos, a Unesco contribuía para a formulação de uma política de transformação das condições educacionais no Brasil. O papel dos técnicos da citada instituição foi incrementar, entre os educadores brasileiros, a mentalidade cientificista a que nos referimos.

### 7.3 A Educação no contexto do desenvolvimento

Como ressaltamos na primeira parte deste trabalho, inclui-se na ideologia desenvolvimentista a idéia de que a educação seja colocada a serviço do desenvolvimento econômico do País; uma vez atingido esse patamar, toda a população seria beneficiada pelos frutos do bem-estar assim gerado. Apenas o ingresso do País na era moderna – sinônimo de industrialização – traria os benefícios almejados pelo povo e, portanto, todos os setores da vida nacional deveriam alinhar-se nessa direção.

Em nosso estudo procuramos demonstrar que muitas referências a esse tema são feitas nas matérias publicadas pelos boletins dos Centros. A educação é colocada como agência de transmissão e de harmonização e patrimônio cultural; como meio de "aceleramento, correção ou equilíbrio do desenvolvimento da sociedade brasileira"; como fator provocador de mudanças sociais; como devendo adequar-se à sociedade que se industrializa e se urbaniza; enfim, como já dissemos, a educação assume, no ideário dos Centros, um papel instrumental diante da realidade do desenvolvimento do Brasil.

Cardoso, como citamos, atribui à ideologia desenvolvimentista cultivada no período JK uma atitude "altamente pragmática", onde não se inclui a discussão da pertinência de seus próprios fundamentos. Este traço do desenvolvimentismo é facilmente verificável nos escritos difundidos pelos Centros por meio de seus periódicos. A educação aparece, nas matérias de diversos autores, como um fator a serviço do desenvolvimento; o desenvolvimento identifica-se com o processo de industrialização, urbanização e democratização; este processo significa o ingresso do País na modernidade e o atendimento às reivindicações da população; assim, a educação deve estar a serviço do desenvolvimento.

Em nenhum momento encontra-se, nas matérias publicadas, um raciocínio que se distancie desse encadeamento "natural" de fatores, dessa circularidade de raciocínio que termina sempre nas necessidades econômicas do desenvolvimento e na esperança de um país melhor como resultado.

Comparada com o discurso que encontramos nas matérias dos boletins analisados, a retórica presente no âmbito das relações internacionais mostra-se bem mais transparente. Nos pronunciamentos referentes à OPA está muito claro que o desenvolvimento é uma questão político-ideológica – além de meramente econômica. Ainda que elidindo – como já indicamos – a discussão pertinente às origens do problema que deseja sanar, a OPA deixa transparecer seus objetivos. A retórica no terreno da educação, por outro lado, não chega sequer a formular o problema político. Ambas apresentaram-se como fruto de um pensamento pragmático, embora em níveis diferentes de clareza. Tal afirmação não nos possibilita garantir que em outros setores de atividades dos Centros, que não o de publicações – nos cursos, nas conferências, em contatos pessoais com seu público-alvo, por exemplo, – tal clareza não existisse. A investigação desses outros setores, entretanto, não se constituiu objeto de nossa pesquisa.

---

## Referências bibliográficas

ADISESHIAH, Malcom S. A Unesco e a luta contra o analfabetismo. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 3, p. 59-70, 1960.

AZEVEDO, Fernando de. Inauguração do CRPE. *Pesquisa e Planejamento*. São Paulo, n. 2, p. 5-12, 1957a.

\_\_\_\_\_. Luz nova sobre os caminhos: centros de pesquisa e cultura pedagógica. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 1, p. 13-28, 1957b.

\_\_\_\_\_. Ciência e arte de educar. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 1, p. 67-85, 1957c.

\_\_\_\_\_. Na antevisão de um mundo só. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 2, p. 51-58, 1958a.

\_\_\_\_\_. Teoria e experiência educativa. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 2, p. 31-38, 1958b.

BANDEIRA, Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BRULLÉ, Hélène. Oração inaugural. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 3, p. 69-72, 1959.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS. Algumas características da escola primária no município de São Paulo, em 1958. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 3, p. 107-122, 1959.

HAVIGHURST, Robert James. Como a educação muda a sociedade. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 21-38, 1957.

LAFER, Celso. Uma interpretação do sistema das relações internacionais do Brasil. In: LAFER, Celso; PENA, Felix. *Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

LAMBERT, Jacques. Comentários sobre o programa do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 11-20, 1956.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Estrutura social e educação no Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 53-77, 1959.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1984. t. 3, v. 4.

NOGUEIRA, Oracy. Projeto de instituição de uma área-laboratório para pesquisas referentes à educação. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 123-130, 1958.

PEARSE, Andrew. A escola e o seu bairro no Rio: um projeto de estudo em desenvolvimento. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 77-89, 1956.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. Rio de Janeiro, n. 4, 1958.

RIBEIRO, Darcy. O programa de pesquisa em cidades-laboratórios. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 13-30, 1958.

---

Marcus Vinicius da Cunha, doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e livre-docente em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), é professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP/Ribeirão Preto e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

---

## Abstract

*This paper describes the activities and the system of ideas of the Brazilian Center of Educational Researches and of the Regional Center of Educational Researches of São Paulo – organs of the National Institute for Educational Studies and Research (Inep), during the period of 1956-1961. The objective is to establish a relationship between the performance of the referred organs and the principal characteristics of the Juscelino Kubitschek's administration, particularly concerning the developmental ideology adopted during the period.*

*Keywords: government politics; Kubitschek's administration; center of educational research.*

---